



Trabalho de Conclusão de Curso
Curso de Relações Internacionais
TCC em Formato de Artigo Científico Conforme Definido Pelo Regulamento de TCC
Projeto Pedagógico de Curso do Curso de Relações Internacionais em Cumprimento das DCNs
do Curso de Relações Internacionais (MEC/CNE)

Título do Trabalho: OCX e BRICS: Parcerias Estratégicas

Nome do(a) Estudante: Amanda Cristina Costa Rodrigues

Nome do(a) Orientador(a): Cristina Soreanu Pecequillo

Ano de Depósito: 2021

RESUMO

O objetivo deste artigo é estudar e compreender de que forma se deram as formações das organizações internacionais OCX e BRICS, assim como se estabeleceram as parcerias estratégicas que norteiam suas atuações como blocos. Desse modo, podendo avaliar a primeira hipótese estabelecida, sobre os fatores essenciais para suas formações, e se estão sendo capazes de atender seus propósitos iniciais. Como segunda hipótese avaliar pontos de encontro, ou de distanciamento, entre ambas instituições, indagando sobre quais prevalecem. E por último, compreender como tais entidades impactam o *status quo* que comanda o sistema internacional. Em relação à metodologia aplicada, será feita uma pesquisa teórica a partir do modo exploratório e comparativo, com métodos hipotético-dedutivos. Seu cunho será qualitativo, desenvolvido a partir de uma investigação bibliográfica utilizando fontes primárias e secundárias.

ABSTRACT

The purpose of this article is to study and understand how the formation of the international organizations OCX and BRICS took place, as well as the strategic partnerships that guide

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

their actions as blocks. This way, we're able to evaluate the first established hypothesis about the essential factors for their formation and whether they are being able to meet their initial goals. The second hypothesis evaluates meeting points, or the distance between both institutions, determining which one prevails. And finally, to understand how these entities impact the status quo that commands the international system. About the applied methodology, a theoretical research will be made from the explorative and comparative way, with hypothetical-deductive methods. It's characteristic will be qualitative, developed from a bibliographic investigation using primary and secondary sources.

PALAVRAS CHAVE: BRICS; OCX; Propostas estratégicas; *Status quo*; Sistema internacional; Países Emergentes.

INTRODUÇÃO

O foco deste estudo se encontra voltado para os fóruns de cooperação internacional: BRICS e OCX. Desse modo, ambas organizações serão analisadas e descritas com o máximo de detalhamento possível, e comparadas através das mesmas lentes. Para tal feito, serão abordados eventos, documentos e políticas consideradas relevantes dentro das entidades. As perguntas estabelecidas para elaborar essa pesquisa são: Como e por que se formaram os grupos BRICS e OCX? Quais são e como se configuram as propostas estratégicas de BRICS e OCX? De que modo suas propostas se desenvolveram em prática ao longo de seu curso? Em que pontos se aproximam e em quais se distanciam?

Acredita-se que este artigo poderá trazer uma maior compreensão sobre as propostas e configurações de tais entidades e como impactam, ou não, o status quo do cenário internacional. Julga-se que esta pesquisa será útil também pelo enfoque do conteúdo e pela falta de materiais com ambições similares, especialmente em português. A relevância do trabalho justifica-se pela importância dos BRICS para o Brasil, e sua política externa, e o peso da OCX para a agenda eurásiana e o contexto global em geral.

FUNDAÇÃO DOS BRICS, COMPOSIÇÃO E PROPOSTAS INICIAIS

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

A primeira utilização do termo BRICS vem da apresentação do acrônimo em um artigo publicado por Jim O'Neill, economista do Goldman Sachs na edição número 66 do *Global Economics Paper* em 2001. Neste documento, o autor buscava destacar a crescente ascensão das economias emergentes: Brasil, China, Rússia e Índia, frente as tradicionais economias centrais, com previsões otimistas para os anos seguintes. No primeiro momento, a África do Sul não havia sido incluída. (O'NEILL, 2001)

Contextualizando, na época os 4 países compreendiam cerca de 8% do PIB mundial e concentravam um ritmo acelerado de desenvolvimento, muito superior aos demais países detentores das maiores economias globais. Segundo uma das previsões do relatório, esse número chegaria a 14% em 10 anos. Contudo, essa projeção foi superada e em 2011 a composição dos BRICS já representava 18% do PIB mundial. Assim, compreende-se o motivo de destaque dessas nações, pois caso seguissem nesse rumo logo seriam capazes de desbancar as tradicionais nações que ocupavam os postos de proeminência econômica internacional há muitas décadas. (DAMICO, 2015)

No mesmo artigo, O'Neill questiona a composição atual de grandes fóruns político-econômicos do meio internacional, e sua manutenção desde o período posterior a Segunda Guerra e Bretton Woods, apesar de severas transformações na conjuntura internacional ao longo dos anos. Para ilustração, se fosse levada em conta apenas o tamanho das economias nacionais na época, China e Índia deveriam substituir Itália e Canadá no G7, por conta da expressividade de suas economias. É indagado pelo autor e seus colegas se tais países deveriam realmente fazer parte do G7, e o que a escolha de os excluir significa. (O'NEILL, 2001)

Além de ascensão econômica, os países do BRICS já possuíam certa relevância para a conjuntura internacional por conta de sua expressão populacional, territorial e regional. Nomeados por Ignacy Sachs como países-baleia¹, no ano de 2011 já possuíam 42% da população mundial, e se encontravam entre os 10 maiores Estados em quesito de área territorial. Por esses motivos e outros, se tratam de grandes pontos de influência nas regiões

¹1.SACHS, Ignacy. Brazil and India: two whales in the global ocean. In: SINHA, Kamala; DUTTA, Pratim. Globalisation and developing countries. New Delhi: New Age International, 1997.

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

em que se encontram. Essa se trata de outra justificativa para concentrar estes países em um mesmo grupo, e reforçar outra perspectiva de poder que possuem. (DAMICO, 2015)

Apesar do termo ter sido criado e incorporado ao mercado financeiro pelo Goldman Sachs, os próprios países tiveram interesse e se empenharam em tornar o agrupamento um organismo de cooperação multilateral. Isso se deu em 2006 através de uma reunião entre os Ministros de Relações Exteriores dos 4 países às vésperas da Assembleia da ONU do mesmo ano. A partir da inauguração oficial da entidade em 2009 foram realizadas Cúpulas anuais para discutir os âmbitos da atuação do grupo e áreas de cooperação. A concepção final dos BRICS se deu com a entrada da África do Sul em 2011. (ITAMARATY, 2019)

Essa organização foi fruto do reconhecimento das mesmas ambições e esforço necessário para atingi-las. Em conjunto, foi construída uma agenda diplomática para desenvolver a cooperação mútua. Essa agenda foi composta majoritariamente por projetos de cunho político-econômico e reivindicações internacionais. (CARVALHO e DALDEGAN, 2019)

A presidência do grupo é rotativa e anualmente o líder político do país que sedia a Cúpula dos BRICS ocupa este posto *pro tempore*. O Brasil presidiu em 2019, enquanto no ano de 2020 foi passado para a Rússia que entregará nas mãos da Índia em 2021, e assim por diante. (ITAMARATY, 2019)

Tanto nas reflexões levantadas no artigo do Goldman Sachs, quanto na postura dos BRICS de escolher se reunir em um agrupamento, fica evidente o consenso sobre a configuração retrógrada dos fóruns mundiais. E da necessidade de iniciativas dos países emergentes para assegurar seu espaço, que não seria simplesmente corrigido ou assegurado por potências tradicionais. (CARVALHO e DALDEGAN, 2019)

Apesar da entidade ter estrutura e agenda definidas ainda se trata de uma associação informal invés de um organismo multilateral oficial por não possuir um secretariado ou vínculo legal através de documento constitutivo. (IPEA, 2014) De acordo com Gelson Fonseca Jr., através de uma concepção cepalina poderia englobar duas dimensões que são: *hacia adentro* que explora “afinidades naturais” para desenvolvimento e cooperação; e *hacia afuera* que aponta a utilização dos BRICS como uma plataforma de reivindicações de promoção de mudanças em organismos multilaterais. Ambos aspectos são muito importantes

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

para o grupo e se usados de forma complementar podem fomentar o desenvolvimento da entidade como um todo. (FONSECA JR, 2013)

Outro debate levantado seria sobre a definição de influência e poder no cenário internacional. Apesar da decadência dos países do centro tradicional e inversão de papéis, principalmente na perspectiva financeira, a concentração de poder se mantém inalterada. Isso levanta o diálogo sobre como um país pode ultrapassar outro de forma efetiva em quesitos de poder, e de quanto vale se manter o atual *status quo* que só favorece os países do centro. Ouro Preto se debruça sobre o assunto e aponta que: “O poder econômico e o poder político não coincidem, portanto, necessariamente, no tempo, pelo menos em curto ou médio prazos.” A justificativa para isso seria a permanência da influência em outros campos como militar e cultural, compondo o *hard power* e *soft power*, respectivamente. Termos cunhados por Joseph Nye² que de forma complementar compõem o *smart power*. É imprescindível que as nações em ascensão desenvolvam estes campos para conquistar influência além de suas fronteiras efetivamente. (OURO-PRETO, 2013)

DESENVOLVIMENTO AO LONGO DOS ANOS

- **PRINCIPAIS MEDIDAS ESTABELECIDAS E O QUE REPRESENTAM PARA ENTIDADE**

É importante destacar que além de semelhanças em quesitos de expressividade populacional, territorial, regional e de desenvolvimento do período, nos anos iniciais o grupo também apresentava um forte alinhamento político entre os governantes, com visões progressistas de como suas nações poderiam despontar nos anos seguintes. Tal visão e convergência de ideias foi essencial para o aprofundamento dos projetos desenvolvidos dentro da entidade, pois se tinha uma percepção clara do caminho a ser seguido para fortalecer uma ascensão internacional dos países-membros. No momento de seu estabelecimento em 2009 tínhamos como governantes: Luís Inácio Lula da Silva na presidência do Brasil, Dmitri Medvedev na presidência da Rússia, Manmohan Singh como primeiro ministro da Índia e Hu Jintao na presidência da China. (FERNANDES E CARDOSO, 2015)

² NYE JR., Joseph S. Hard, Soft, and Smart Power. In COOPER, Andrew F.; HEINE, Jorge; THAKUR, Ramesh. The Oxford Handbook of Modern Diplomacy, 2013.

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

Em concordância com os posicionamentos do artigo que os despontou, logo de antemão foi defendida a reforma dos modelos tradicionais de governança internacional (principalmente com a reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, cotas do Fundo Monetário Internacional e entraves financeiros dos Banco Mundial) motivação primordial para o agrupamento enunciada logo na Primeira Cúpula. O intuito do grupo ao promover essas mudanças é de incentivar uma governança global mais democrática e incentivar uma conjuntura multipolar, corroborando para maior participação e visibilidade dos países emergentes. Estes anseios são descritos no terceiro e décimo quarto artigos da Declaração Conjunta da I Cúpula:

3. Estamos comprometidos com o avanço da reforma das instituições financeiras internacionais, de forma a refletir as transformações da economia mundial. As economias emergentes e em desenvolvimento devem ter maior peso e representação nas instituições financeiras internacionais, cujos diretores e executivos devem ser indicados por intermédio de processo aberto, transparente e com base no mérito. Acreditamos, também, na necessidade de um sistema monetário estável, confiável e mais diversificado. (...) 14. Expressamos nosso sério compromisso com a diplomacia multilateral, na qual as Nações Unidas desempenham o papel central no tratamento dos desafios e ameaças globais. Neste sentido, reafirmamos a necessidade de uma reforma abrangente da ONU, com vistas a torná-la mais eficiente, de modo que ela possa lidar com os desafios globais de maneira mais eficaz. Reiteramos a importância concedida ao status da Índia e do Brasil nas relações internacionais, e compreendemos e apoiamos suas aspirações a desempenhar papel mais relevante no âmbito das Nações Unidas. (DECLARAÇÃO DE ECATERIMBURGO, 2009)

Na reunião inicial também foi definida a cooperação setorial em mais de 30 áreas voltadas para o desenvolvimento reforçado através de um acordo na Segunda Cúpula, entre elas temos: cooperação econômico-financeira, saúde, ciência, tecnologia e inovação, segurança e desenvolvimento empresarial, entre outras. Para cada frente foram elaborados e estabelecidos esforços para permitir seus avanços. (ITAMARATY, 2019)

Além desses empenhos, a partir do estabelecimento do grupo em 2009 foram realizadas anualmente Cúpulas entre os líderes políticos para discutir os principais pontos de interesse do grupo, totalizando 12 até o dia de hoje com a próxima prevista para ser realizada na Índia. Cada Cúpula tratou de um tema diferente recebendo títulos a partir da terceira ocasião, nomeada de “Visão Ampla, Prosperidade Compartilhada”, na sequência foram realizados debates sobre segurança, medidas sustentáveis, industrialização, entre outros. (CARVALHO e DALDEGAN, 2019)

Além das Cúpulas, os BRICS realizam cerca de 100 reuniões anuais entre ministros e especialistas técnicos voltados a pensar nos temas de interesse. Em diversas ocasiões representantes se reuniram para discutir temas em ambientes extras as Cúpulas e encontros

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

incentivados pelo BRICS, como o Encontro de Cúpula sobre Ação Climática de 2019, G20, RIO +20, entre outros. Também estiveram presentes no Conselho de Segurança da ONU no ano de 2011. Um grande símbolo de uma realidade que queriam tornar permanente. (ITAMARATY, 2019)

É importante destacarmos as Cúpulas mais emblemáticas até o momento, e o efeito que tiveram para a entidade. A I Cúpula em Ecaterimburgo na Rússia definiu todo o esqueleto e estrutura de atuação dos BRICS e a II realizada em Brasília teve a assinatura de um acordo de cooperação técnica entre os países. A III Cúpula que ocorreu em 2011 em Sanya na China teve a entrada oficial da África do Sul e marcou a composição final do grupo.

A VI Cúpula realizada em Fortaleza em 2014 trouxe a inauguração do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB³), mecanismo extremamente importante para concretizar os planos de maiores incentivos e investimentos à países em desenvolvimento, assim como a elaboração do Arranjo Contingente de Reservas (CRA⁴) responsável por regular o balanço de pagamentos dos países-membro e assegurar sua estabilidade financeira. Além destas reuniões mais significativas, é relevante mencionar que as demais Cúpulas também possibilitaram o firmamento de diversos acordos de cooperação setorial e Planos de Ação para colocar discursos em prática. (BATISTA JUNIOR, 2016)

O Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS (ou apenas Banco dos BRICS) é resultado da frustração com trâmites e arranjos das instituições financeiras estabelecidas com Bretton Woods. Essa então foi uma iniciativa de demonstrar a capacidade do grupo, acelerar e incentivar reformas internacionais, como apresentado neste trecho da Declaração de Fortaleza de 2014:

11. Os BRICS, bem como outras economias de mercado emergentes e países em desenvolvimento, continuam a enfrentar restrições de financiamento significativas para lidar com lacunas de infraestrutura e necessidades de desenvolvimento sustentável. Tendo isso presente, temos satisfação em anunciar a assinatura do Acordo constitutivo do Novo Banco de Desenvolvimento, com o propósito de mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos BRICS e em outras economias emergentes e em desenvolvimento. Manifestamos apreço pelo trabalho realizado por nossos Ministros das Finanças. Com fundamento em princípios bancários sólidos, o Banco fortalecerá a cooperação entre nossos países e complementará os esforços de instituições financeiras multilaterais e regionais para o desenvolvimento global, contribuindo, assim, para nossos compromissos coletivos na consecução da meta de crescimento forte, sustentável e equilibrado. (DECLARAÇÃO DE FORTALEZA, 2014)

³ *New Development Bank* em inglês

⁴ *Contingent Reserves Arrangement* em inglês

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

A proposta do Banco é de disponibilizar condições mais fáceis de crédito a nações subdesenvolvidas e bancos de desenvolvimento nacional, oferecendo a primeira alternativa existente ao Banco Mundial. Recentemente foram anunciados novos sócios para o Banco, os Emirados Árabes, Filipinas e Uruguai, o que é um ótimo indicativo para seu fortalecimento e comprovação de seu potencial. (SCHABLITZKI, 2014)

Como mencionado anteriormente, foi construído o Arranjo Contingente de Reservas para acompanhar o NDB na arquitetura financeira conjunta dos BRICS. O arranjo funciona através do estabelecimento de mecanismos preventivos e de controle de liquidez frente aos balanços de pagamento de cada país. Caso sejam detectados problemas para o fechamento de um determinado balanço nacional, os demais países se dispõem a enviar reservas para resolução. Essa ferramenta é essencial para garantir a segurança financeira dos países-membros e do bloco como um todo. (ACIOLY, 2019)

A sede do Banco dos BRICS está localizada em Xangai com um escritório em Johannesburgo. Sua presidência é rotativa e ocupada por um cidadão dos países-membros com um vice-presidente de outra das nações pelo período de 5 anos. Para completar sua regência também apresenta um Conselho de Governadores e Diretoria. (ESTEVES; GOMES; TORRES, 2016)

A criação deste órgão é um grande símbolo do nível de institucionalização que o grupo é capaz de ter. Apesar de ainda não ser uma instituição párea, pode-se enxergar claramente o que significa para o meio internacional, e o afronte que essa e outras medidas do grupo representam para instituições tradicionais. (BAUMANN, 2017)

Um belo exemplo disso se trata da decisão do FMI de aprovar em 2010 uma reforma no seu sistema de cotas. Essa medida se trata de uma grande conquista e regalia para os países emergentes. No entanto, foram impostos diversos entraves que bloquearam que esta mudança entrasse em prática. Por 5 anos, os Estados Unidos utilizaram seu poder de voto para adiar a ratificação desta reforma. A proposta não afetaria drasticamente os Estados Unidos em si, porém faria seus tradicionais aliados como Japão, Reino Unido, França e Alemanha perderem posições no *ranking* de votos e cotas. Finalmente foi aprovada em 2016 e entraram em vigor as correções. Essa providência colocou Brasil, Rússia, Índia e China entre os 10 maiores cotistas e deu maiores poderes de voto aos países do BRICS. (PIRES, 2017)

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

Além das medidas buscando projeção internacional e revisão de moldes antigos das principais organizações internacionais, a entidade também colocou em pauta a resolução de problemas em comum. Assim como reforçado por Lenaura Lobato⁵, problemas de cunho social desde o início tiveram relevância para a instituição, trazendo temas como inclusão social, combate à pobreza e desenvolvimento sustentável. Porém, assim como indicado pela autora, a partir da análise dos pronunciamentos oficiais e resoluções vindas das Cúpulas, a resolução destes empecilhos foi além de melhorar a qualidade da vida da população, sempre esteve interligada a demais campos de desenvolvimento e como poderia auxiliar o impulsionamento das economias internas. É válido ressaltar, porém, que o BRICS não tem caráter impositivo, logo, apesar dos países concordarem e se comprometerem com as questões, nem sempre realmente tomam medidas sobre o assunto.

Por fim, é importante mencionar a atenção dada pelo BRICS a questões de segurança internacional, principalmente no combate ao narcotráfico e terrorismo, mencionados nas áreas de desenvolvimento do grupo, e sendo o foco da IV Cúpula. Apesar de não ser o objetivo primordial do grupo, existe uma preocupação clara em lidar com esses temas dentro da entidade. Para tratar do assunto, se reforça a importância do direito internacional, multilateralismo e centralidade da ONU na ordem mundial. (SILVA, 2011)

● POSSÍVEIS PONTOS DE INFLEXÃO

Com o final da primeira década dos anos 2000 e a eclosão da crise de 2008, tivemos algumas mudanças no ritmo de crescimento que boa parte dos países dos BRICS haviam vivido. Isso pode ser explicado, principalmente, pela interdependência que o desenvolvimento destes países tinha com as *commodities*. Com a queda dos preços e volume das importações, países como Brasil, África do Sul e Rússia foram seriamente afetados. Enquanto China e Índia foram capazes de manter altas taxas de crescimento por conta do investimento em outros campos, como tecnologia. (OURO-PRETO, 2017)

Especificamente, em quesito de crescimento econômico, Brasil, Rússia e África do Sul tinham crescimento contínuo do PIB anualmente girando em torno de 5% até 2010, porém desde 2013 não conseguiram ultrapassar mais de 2% anualmente. Já Índia e China não

⁵ LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. A questão social no projeto do BRICS. 2018.

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

tiveram reduções tão drásticas e continuam crescendo acima de 6% por ano, com uma ligeira inversão de papéis com Índia superando China e chegando a porcentagens similares ao que tinha 10 anos atrás. (BANCO MUNDIAL, 2020)

Obviamente o crescimento do PIB não é o único determinante da relevância de um país. Porém como enunciado na passagem de Ouro-Preto sobre poder internacional é necessária sustentar a relevância em outros campos grandes para manutenção de sua posição no meio internacional.

Outro ponto de inflexão a se pontuar seria a mudança de governantes e postura internacional que assumem, que impacta a prioridade ou não do grupo dentro da agenda política nacional. O governo brasileiro foi o que sofreu maiores contrastes, passando de uma política progressista, multilateralista e de cooperação, para um regime de alinhamento automático com os EUA, concentrado em iniciativas bilaterais e negligenciando relações Sul-Sul. A política adotada apresenta muitas contradições para permitir uma plena cooperação com países do BRICS principalmente por conta de sua inimizade pessoal frente a China. (MELLO; COLETTA, 2019)

O Brasil sediou a última Cúpula realizada de forma presencial em Brasília em 2019, e esteve presente no encontro virtual de 2020, porém em ambas ocasiões demonstrou maior interesse em reforçar relações bilaterais e assumiu uma postura crítica principalmente na segunda reunião frente às políticas chinesas. É claro que o atual governo concorda e busca possíveis vantagens internacionais, porém frequentemente apresenta uma visão negativa de países como China e Rússia o que impede qualquer cooperação mais profunda e verdadeira. (CHADE, 2020)

Mesmo adotando uma postura cética, o próprio Ministro das Relações Exteriores do governo Bolsonaro, Ernesto Araújo, deixou nítido em sua fala na Primeira Reunião das *Sherpas* em Curitiba o peso que os BRICS possuem para a economia brasileira e dos demais membros. Essa visão foi evidenciada no trecho publicado pelo Ministério das Relações Exteriores que apresentou sua fala:

Somados, os quatro outros integrantes do BRICS foram destino, em 2018, de 30,7% das exportações brasileiras. O valor dos bens comprados por esses quatro membros do grupo atingiu US\$ 73,8 bilhões (contra US \$56,4 bi em 2017). Vieram desses países 23,8% das importações nacionais, correspondentes a US \$43,1 bilhões. O saldo comercial do Brasil com o BRICS foi, no ano passado, positivo em US \$30,7 bilhões (era de US \$23 bilhões em 2017), equivalente a 52% do superávit comercial brasileiro no ano. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2019)

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

Apesar desses claros indicativos de sua relevância nacional e internacional, o grupo parece ter perdido importância para membros e resto do mundo. Principalmente em um momento de calamidade pública com cada país buscando enfrentar a crise do Coronavírus e suas repercussões dentro de suas fronteiras, deixando de escanteio demais temas. (UNGARETTI, 2020)

Diversos países já demonstraram interesse em fazer parte também da entidade, como Argentina⁶ em 2014, e Angola⁷ em 2018, além do apontamento de outros possíveis nomes que fazem parte do *Next Eleven*⁸ (ou “pequeno BRICS” são 11 países nomeados pelo Goldman Sachs como destaques de provável proeminência no século XXI). (GOLDMAN SACHS, 2005) No entanto, os países-membros concordam que é necessário reforçar seu papel no mundo, estruturando e institucionalizando sua atuação, antes de permitir a entrada de mais membros. Além de não possuírem um consenso sobre quais países deveriam fazer parte ou não do bloco. A partir da conjuntura atual, parece ser desfavorável qualquer oportunidade de aprofundamento ou alargamento para os anos seguintes. (GRANER, 2018)

Fica nítido então que o conflito de agendas e falta de priorização dificulta o avanço da cooperação dos BRICS. Na sequência, será analisada a posição da OCX para maior compreensão sobre o caminho trilhado até o momento, e se a situação atual é similar ou não à dos BRICS.

FUNDAÇÃO DA OCX, COMPOSIÇÃO E PROPOSTAS INICIAIS

A Organização de Cooperação de Xangai teve seu pontapé inicial no ano de 1996 através do estabelecimento de uma aliança entre China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão, formando os “5 de Xangai”. Essa aliança foi estabelecida com o firmamento do tratado de Aprofundamento e Confiança Militar, com intuito de reforçar questões ligadas à segurança na região da Ásia Central, em especial conflitos fronteiriços. Esse conjunto de países realizou 5 cúpulas nos anos seguintes que permitiram o adensamento e aprofundamento da cooperação, além do estreitamento de laços entre as nações. As principais decisões

⁶ CARMO, Marcia. Putin vê com cautela ideia de Argentina integrar Brics. BBC Brasil, 2014.

⁷ Angola quer entrar nos BRICS, diz presidente. Mundo Lusíada, 2018.

⁸ Os 11 países são: Coreia do Sul, Indonésia, México, Turquia, Filipinas, Irã, Egito, Bangladesh, Nigéria, Paquistão e Vietnã.

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

tomadas estavam ligadas a redução de forças militares em torno dos limites territoriais. Porém, também foram estabelecidas medidas de outros cunhos, como intensificação das relações econômicas. (JIA, 2000)

Em 2001, essa aliança evoluiu para a formação de uma organização intergovernamental internacional por meio da Declaração de Estabelecimento da Organização de Cooperação de Xangai. Nessa mesma ocasião, o Uzbequistão foi adicionado ao grupo. O trecho a seguir da declaração enuncia a evolução desta cooperação:

Firmemente convencidos de que no ambiente de desenvolvimento dinâmico de processos de multipolaridade política e globalização econômica e da informação no século 21, atualizar o mecanismo “5 de Xangai” para um nível mais alto de cooperação ajudará a fazer um uso mais eficaz das possibilidades emergentes e abordar novos desafios e ameaças. (DECLARAÇÃO DE ESTABELECIMENTO DA OCX, 2001) (tradução própria)

Os objetivos que se encontram presentes na mesma declaração fundadora são:

Fortalecer a confiança mútua, amizade e boa vizinhança entre os Estados membros; encorajar a cooperação efetiva nas áreas política, comercial, econômica, científica, em campos técnicos, culturais, educacionais, energéticos, de transporte, ambientais e outros; realizar esforços conjuntos para manter e garantir a paz, segurança e estabilidade na região e estabelecer uma política internacional nova, democrática, justa e racional ordem econômica. (DECLARAÇÃO DE ESTABELECIMENTO DA OCX, 2001) (tradução própria)

A organização estabeleceu três grandes questões como foco de sua gestão securitária, buscando que estas fossem gradualmente minimizadas, visando a maior estabilidade possível da zona. Estas áreas de ação são: terrorismo (associado ao combate ao extremismo religioso), separatismo e tráfico de drogas, chamadas de “3 males”. O foco da entidade em torno desses temas seria exato, por razão de representarem as maiores ameaças à segurança na Ásia Central e se encontrarem extremamente latentes, exigindo controle e monitoramento constantes. (ARIS, 2013, p.4) A OCX opera como um fórum para discussões de questões comerciais e de segurança, ao invés de uma aliança militar intergovernamental como OTAN e OTSC⁹. (JESUS, 2014)

Ambos os anos de formação da aliança inicial e composição oficial do grupo coincidem com acontecimentos muito significativos na região da Ásia Central, ambos girando em torno de um só país, que se trata do Afeganistão. Em 1996, se conclui a guerra civil afegã e se instaura o regime talibã no país. E em 2001, com o atentado ao *World Trade Center* novamente o país se torna o centro dos conflitos da região, principalmente com a intervenção

⁹ Organização do Tratado de Segurança Coletiva

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

norte-americana. Foi em meio a esse cenário extremamente instável que os países do entorno se uniram para prezar por questões de segurança regional que afetam a todos diretamente. Ao se construir um arranjo desse formato, busca-se promover valores como a confiança mútua, que colabora para possibilitar uma cooperação securitária realmente efetiva. (REIS e SIMIONATO, 2016)

Na mesma declaração inaugural da entidade, também é apontada a importância do chamado “espírito de Xangai” para a formação e desenvolvimento dos “5 de Xangai” e OCX:

O “Espírito de Xangai” formado durante o processo dos “cinco de Xangai”, por meio da “confiança mútua, benefício mútuo, igualdade, consultas, respeito por multi civilizações, esforçando-se pelo desenvolvimento comum” como parâmetros básicos, têm sido um precioso tesouro acumulado na cooperação entre os países da região nos anos recentes. Este espírito deve ser levado adiante para que então seja a norma de relações governamentais entre os estados membros da OCX no novo século. (DECLARAÇÃO DE ESTABELECIMENTO DA OCX, 2001) (tradução própria)

Esse instrumento presente na política chinesa é fundamental para reforçar e basear os valores do grupo, é lembrado em diversos momentos para justificar as medidas assumidas. (JESUS, 2014) Essa postura vai de encontro com a Grande Estratégia do atual governo chinês, que se trata da Nova Rota da Seda¹⁰. De forma simplificada, essa iniciativa remete a antiga Rota da Seda ao buscar trilhar um caminho para conectar as mais diversas nações e promover coordenação de políticas, trocas comerciais ininterruptas, integração financeira, desenvolvimento e cooperação, entre outras ambições. Esta estratégia foi proposta inicialmente pelo presidente Xi Jinping durante visitas ao Cazaquistão e Indonésia em 2013, e já possui mais de 65 países engajados e dispostos a compartilhar essa estratégia de desenvolvimento mútuo. (LAN, 2018)

A estrutura que rege a OCX é composta por três Conselhos centrais: pelo Conselho de Líderes de Estado, que é detentor do poder de decisão da entidade e anualmente se reúne para debater os principais temas de interesse e medidas com correções necessárias; pelo Conselho de Chefes de Governo que anualmente discute a estratégia de cooperação multilateral do grupo e aprova o orçamento anual; por fim temos o Conselho de Coordenadores Nacionais dos Estados-Membros da OCX que atua como mecanismo de coordenação do grupo. (CARTA DA OCX, 2002)

¹⁰ Também conhecida como *One Belt, One Road (OBOR)* ou *Belt and Road Initiative (BRI)* em inglês.

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

Além dos conselhos, a organização também promove reuniões de: secretarias de Conselhos de Segurança; ministros de relações exteriores, defesa, alívio emergencial, economia, transporte, cultura, educação e saúde; chefes de agências de segurança pública; e procuradores. Existem também duas entidades permanentes do grupo que são o Secretariado localizado em Pequim na China, e o Comitê Executivo da Estrutura Regional Anti-Terrorista (RATS¹¹) posicionada em Tashkent no Uzbequistão. Tais comitês são nomeados pelo Conselho de Chefes de Governo para mandatos de 3 anos. (CARTA DA OCX, 2002)

A Estrutura Regional Anti-Terrorista, ou RATS, é o dispositivo de combate ao terrorismo da OCX. No entanto, sua atuação se estende para os demais campos de atenção do grupo. Este mecanismo é encarregado de: estabelecer e prestar assistência a entidades de combate ao terrorismo, separatismo e extremismo dos países-membros e demais organizações internacionais; coletar, analisar e compartilhar dados a respeito de questões ligadas aos “três males”; organizar conferências para disseminar informações sobre o combate dos mesmos campos de centralidade do grupo; entre outros propósitos. A ferramenta através da cooperação com outras foi capaz de identificar e mobilizar o combate de diversos grupos que ofereciam alguma ameaça para a região e todo o globo. (XIAODONG, 2012)

Autores como Erik Herejk Ribeiro se propuseram a indagar se a atuação da OCX corresponderia a uma ameaça aos Estados Unidos e até mesmo a Organização do Tratado do Atlântico do Norte (OTAN). Por causa do fim da União Soviética, a OTAN precisou revisar seus propósitos, voltando sua atenção para qualquer possível perigo iminente aos países do bloco. Com o início do século XXI, o terrorismo se tornou um desafio central a ser combatido. Fica nítido que as áreas de atuação tanto da OCX quando da OTAN começaram a se transpassar. E debate-se qual deveria ser o responsável por lidar com o assunto, principalmente na Eurásia, e se ambas seriam capazes de trabalhar de forma colaborativa. (RIBEIRO, 2015)

É indagado se suas posturas e discursos implicaram em valores antiocidentais e anti estadunidenses por combater paradigmas associados, por exemplo a lógica da democracia liberal. Um exemplo muito utilizado para ilustrar esse argumento é o fato de que já apoiaram/apoiam regimes autoritários. Porém, entende-se que esse ponto em específico não é válido uma vez que o próprio Estados Unidos também já defendeu governos ditatoriais e opressores quando considerou vantajoso para seus interesses, ou compreendeu que seria o

¹¹ *Regional Anti-Terrorist Structure* em inglês

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

melhor para assegurar a soberania daquele Estado, então, esse ponto não pode ser usado para definir um afronte direto ao polo ocidental norte-americano. (RIBEIRO, 2015)

DESENVOLVIMENTO AO LONGO DOS ANOS

● PRINCIPAIS MEDIDAS ESTABELECIDAS E O QUE REPRESENTAM PARA ENTIDADE

É possível concluir que a Ásia Central é uma região chave para a segurança de todo o plano internacional, principalmente por conta dos eventos recentes já listados e a alta concentração de Estados instáveis e grupos rebeldes. Assim, fica evidente a necessidade de neutralizar essas forças, algo enxergado logo cedo pela China, considerada a entidade formadora da OCX, ponto ressaltado em seu nome. Essa iniciativa chinesa surge de uma demanda de proteger regimes de possíveis ameaças internas, ou seja, assegurar a segurança em níveis subnacionais, entre outros interesses que serão apresentados melhor a seguir. (JOOBANI, 2013)

É muito discutido que a iniciativa da organização foi uma resposta para o vácuo de poder deixado pela queda da União Soviética que havia colapsado apenas 5 anos antes do agrupamento inicial do grupo. 5 dos 6 países iniciais da organização faziam parte da União Soviética e com seu desmantelamento, o nível de soberania e capacidade de lidar com questões da região diminuíram drasticamente. A insustentabilidade desta situação se tornou nítida com a eclosão da Guerra do Afeganistão de 1996, já mencionada anteriormente. Era fundamental então que os países do entorno fossem capazes de evitar a entrada desses males em suas fronteiras e combater inimigos em comum. (YANDAŞ, 2005)

Apesar disso, recentemente a entidade tem promovido empreitadas fora do campo securitário. Em especial, programas comerciais e de desenvolvimento econômico a longo prazo financiados pelo Consórcio Interbancário e Conselho Empresarial do bloco, com capital majoritariamente originário da nação chinesa. A China, com participação russa em alguns momentos, passa então a incentivar parcerias euroasiáticas entre os países do grupo a partir desses investimentos e também comércio. Porém, tais medidas ainda são recentes e a maior retórica do grupo ainda se concentra em questões de segurança. (THUDIUM, 2018)

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

É oportuno também explicar como Rússia e China representam centros de poder alternativos na região, como possibilidades fora da zona de exclusividade norte-americana. Mas muitos teóricos têm opiniões diferentes a respeito da influência exercida no perímetro, se trata-se de representação de poderes apenas regionais ou que já superam isso. Acredita-se que no quesito securitário, a colaboração regional é precisa, no entanto em aspectos econômicos e políticos sua relevância extrapola esse plano. (ARIS; SNETKOV, 2011)

Como mencionado previamente, muitos autores dialogam sobre o papel da China como entidade formadora da Organização para Cooperação de Xangai, e por isso debatem quais seriam suas reais intenções nesse meio. Willlliam E. Carroll implica que a OCX teria sido fundada para responder a anseios não só chineses, mas também russos, nesse caso prevalecendo o intuito de manter influência entre os países há pouco independentes, e, da China de resolver potenciais disputas na região, assim esta teria dado o pontapé inicial, mas não seria a única interessada no conjunto. O autor também expõe que considera que a China sempre busca sempre vantagem econômica por isso defenderia a cooperação multissetorial da entidade, enquanto a política externa russa estava mais concentrada em reforçar e ampliar seu *soft power*, ao mesmo tempo mantendo sua presença nessa zona de influência, e, ambos seriam capazes de realizar esses anseios sem perpassar os interesses do outro.

Ao longo dos anos, o grupo recebeu a adesão de novos membros que colaboraram para seu alargamento e expansão de atuação. No momento de sua inauguração, o Uzbequistão se juntou à então aliança existente e em 2010 foi aprovado o procedimento para a entrada de mais membros. E, mais recentemente em 2017 com a Cúpula de Astana, passaram a englobar Índia e Paquistão. Com a entrada dos novos membros, a extensão da OCX passa a compreender 80% do território da Eurásia, 44% da população mundial e 24% do PIB global. (XIAOLIN, 2017)

Para jornalistas e autores indianos, a presença do país ao lado do Paquistão na organização é crucial, pois irá reforçar estratégias de segurança, principalmente contra o terrorismo e extremismo religioso que vem crescendo na área, contudo é importante que não inundem e sobrecarreguem o grupo com suas questões conflituosas. (SIBAL, 2018) A partir de suas independências do domínio britânico em 1941, muitos impasses foram instaurados, em especial por razão de intolerância religiosa e disputas territoriais, com atenção especial para a região da Caxemira. Desde então, o clima entre ambos os países se manteve como um barril de pólvora. A presença de ambos na OCX é um grande sinal de estarem tomando um

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

passo na direção certa para resolução das questões que possuem, e como a tratativa democrática pode dar frutos positivos a todos os envolvidos. (KAPOOR, 2019)

A própria entrada do Uzbequistão na entidade em seu momento inicial pode ser considerada delicada se analisada a partir da presença principalmente do Cazaquistão. Apesar de não possuírem uma animosidade tão intensa quanto a expressa entre Índia e Paquistão, os dois países também já vivenciaram impasses. Esses problemas foram causados principalmente pelo vácuo de poder deixado nesse espaço com a queda da União Soviética. Ambos os membros até então do território soviético, passaram a disputar influência na região, e, também, acesso a recursos hídricos. O acesso à água é um tema extremamente sensível na área, com ambos os países, Cazaquistão e Uzbequistão, pedindo para a ONU em 2013 intervir de forma arbitrária na construção de barragens feitas por Quirguistão e Tajiquistão que poderiam limitar seu alcance aos recursos. Desse modo, seria imprescindível a sua mediação para evitar uma “Guerra pela Água”. (DUARTE, 2014)

Novamente, é útil lembrar que o propósito do arranjo é combater os três grandes “demônios”, então questões desse porte não deveriam roubar a atenção do grupo ou influenciar a postura de combate aos perigos internos específicos apontados, mas sim serem discutidos e resolvidos por vias democráticas. (DESAI, 2017)

Além dos 8 países-membros mencionados, a organização também possui 4 nações observadoras que podem ser incorporadas em uma oportunidade futura. Estes Estados são: Afeganistão, Bielorrússia, Irã e Mongólia. Além dessa categoria, também existem 6 países parceiros em diálogo que são: Armênia, Azerbaijão, Camboja, Nepal, Sri Lanka e Turquia. É questionado o impacto que a entrada da Turquia no grupo significaria por razão de fazer parte da OTAN, e se isso seria permitido. Também existem três convidados que são: ASEAN¹², CEI¹³ e Turcomenistão. (MARREIRO; CABRAL, 2020)

Com a participação ativa de todos esses países, fica evidente o peso que o grupo exerce na região da Eurásia e o efeito que tem para o mundo em geral, deixando Estados Unidos, Europa, OTAN, entre outros, atentos o tempo todo. Para se ter uma ideia de comparação, o orçamento militar anual dos países da OCX em conjunto gira entre 300-320 bilhões de dólares, enquanto a OTAN chega a um valor de quase 1 trilhão de dólares, quase o triplo do outro grupo, principalmente pela força da participação americana. Porém, o número

¹² Associação de Nações do Sudeste Asiático

¹³ Comunidade dos Estados Independentes

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

total de efetivos dentro do grupo de países da OCX chega a 5,1 milhões de pessoas, e acumulam um arsenal de 7320 ogivas nucleares, enquanto os países da OTAN são capazes de mobilizar 3,3 milhões de efetivos e 7115 ogivas. Desse modo, é possível enxergar que apesar da OCX não ser necessariamente um grupo militar, os países em conjunto detêm um potencial militar expressivo. (KOTS, 2018)

A partir das 20 Cúpulas realizadas até o momento é possível apontar que além da primeira cúpula, tivemos algumas outras que tiveram destaque por conta de desenvolvimentos especiais. Entre elas temos: a II Cúpula em São Petersburgo que teve a Carta da OCX responsável por formar seus valores, objetivos, estrutura, áreas de cooperação, entre outros aspectos; a X Cúpula em Tashkent que teve a apresentação dos documentos para adesão de novos membros; a XV Cúpula em Ufa com a demonstração de suporte e alinhamento com a política de *One Belt, One Road*; e por último a XVII Cúpula em Astana com a entrada de Índia e Paquistão como membros plenos. (ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO DE XANGAI, 2017)

• POSSÍVEIS PONTOS DE INFLEXÃO

Desde seu período antecessor, durante a existência dos 5 de Xangai, o grupo já possuía um acordo que assegurava seu compromisso e formalidade. Com a composição oficial da OCX o nível de institucionalização foi elevado, compondo oficialmente uma organização internacional multilateral. Esse nível de legalidade continuou se adensando com a elaboração do protocolo de novos membros que permitiu a validação e entrada de Índia e Paquistão. A decisão de estabelecer um sistema para incorporação de novos membros pode simbolizar uma nova fase de cooperação para a OCX, principalmente por conta do impacto estratégico que os dois novos membros representam. (RIBEIRO, 2015)

Fica claro na trajetória do grupo o impacto que a institucionalização teve para permitir o aprofundamento, alargamento e adensamento desta integração regional. Além disso, o grau de sinergia da organização permitiu a concretização de diversos pontos de cooperação, nos campos político, econômico e militar. (RIBEIRO, 2015)

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

É vantajoso para ambas as partes a adesão de novos membros, tanto para a organização que ganha maior visibilidade e ampliação do seu campo de atuação, quanto para os países-membros que ganham uma plataforma e mais oportunidades para resolução de sérias questões que os afligem. Além da vantagem de se aproximarem de grandes pólos de poder da região que são Rússia e China. (JESUS, 2014)

A China sempre foi favorável e impulsionou o fortalecimento da organização, principalmente por enxergar o potencial de desenvolvimento da *One Belt, One Road*, ampliação de seus parceiros econômicos, mercado consumidor, entre outros propósitos mencionados previamente. A Rússia segue um padrão bem similar buscando retomar sua influência em locais que faziam parte da União Soviética. Também existe uma grande vantagem enxergada por ambas nações de aproximação entre as duas, reforçando uma parceria sino-russa. (TREIS, 2006)

Por conta da postura regionalista e soberanista que apresentam, a OCX é apontada frequentemente como um enfrentamento ao atual *status quo*, ao modo que regula o sistema internacional e das principais organizações internacionais que fazem parte. Em especial a interferência ativa de atores como OTAN e Estados Unidos. A postura assumida pelo grupo visa garantir a autonomia da região ao escolher como tratar de suas próprias questões, invés de depender de forças externas, assegurando sua própria segurança e soberania, assim como tomada de decisão. (TARECO, 2014)

O Afeganistão sempre foi uma questão sensível e de atenção para os membros da OCX. Desde sua formação, teve papel fundamental na formação de sua agenda. Invés de exercícios militares e combate direto, a OCX busca estabelecer paz por meio de cooperação e propostas econômicas. Desde 2012, a República Islâmica do Afeganistão é um membro observador da OCX. Nesta mesma ocasião o Uzbequistão sugeriu uma estratégia de “seis mais três” propondo uma colaboração dos seis países vizinhos somados a Rússia, Estados Unidos e OTAN, para promoção da estabilização do Afeganistão. O Talibã ainda não foi completamente neutralizado e ainda se trata de uma grande ameaça para a Ásia Central, porém a participação do Afeganistão na OCX é uma nova iniciativa que efetivamente pode ter êxito na promoção da paz. (JURÉNCZYK; NICHARAPOVA, 2020)

O próximo setor do artigo irá realizar uma comparação entre os BRICS e a OCX para entender os pontos de encontro e distanciamento que possuem, assim como uma análise sobre

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

qual o provável futuro de ambas as entidades, com base no momento que se encontram e propostas que estão desenvolvendo.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS DIVERGÊNCIAS ENTRE OS GRUPOS

O primeiro ponto de divergência a ser analisado e discutido se trata da institucionalidade de cada grupo e as consequências internas disto.

Como mencionado anteriormente, os BRICS possuem um baixo grau de institucionalização. Devido ao fato de não terem uma estrutura institucional bem definida se enquadram como um arranjo institucional informal a partir da ótica do direito internacional, invés de uma organização internacional. (FERNANDES E CARDOSO, 2015)

O próprio criador do acrônimo, Jim O'Neill, se posicionou em uma entrevista para a BBC em 2011, dizendo que “o processo de institucionalização política do grupo não fazia sentido”, e que essa situação não traria grandes benefícios para o grupo. Segundo Diego Jesus (2013), a falta de institucionalidade prejudica a criação de uma agenda para lidar com os temas de interesse, além de impedir a criação de vínculos e um projeto de cooperação mais profundo.

O autor comenta que, a justificativa deste caráter informal ser estabelecido e mantido pelo agrupamento é de que:

O desenvolvimento de instrumentos de cooperação e colaboração de baixas obrigação, precisão e delegação está relacionado à estrutura de preferências convergentes dos membros por maior agilidade na implementação de compromissos, maior flexibilidade para realização de escolhas políticas e maior independência em relação a partes terceiras. (JESUS, 2013)

O maior nível de institucionalização demonstrado pela entidade até o momento foi estabelecido com o Banco dos BRICS e o ARC. Porém ocorreu em 2014, e desde então não houve mais esforços nessa direção. Então, entende-se que a preferência pela informalidade se mantém e a criação dos dispositivos financeiros foi apenas uma institucionalização pontual necessária para o tipo de projeto desenvolvido. A escolha desta postura tem um sentido lógico, no entanto impõe diversas limitações à cooperação que busca ser desenvolvida. (SCHABLITZKI, 2014)

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

Em contraste, a OCX vem de uma aliança formal bem sucedida, concentrada em atender demandas urgentes de segurança da região da Ásia Central. E como já foi apresentado, evoluiu para uma organização internacional a partir de uma declaração assinada por todos os membros. No ano seguinte, em 2002, os demais componentes institucionais foram acrescentados compondo um corpo estrutural, objetivos, princípios, entre outros elementos. (CARTA DA OCX, 2012)

Esta organização também possui a Estrutura Regional Antiterrorista, um órgão permanente direcionado a auxiliar no combate dos “3 males”. Desde 2012, a estrutura dialoga com o Comitê Antiterrorismo do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e em 2019, foi estabelecido um acordo de cooperação impulsionando o compartilhamento de informações para fortalecer a luta contra o terrorismo. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2019)

Entende-se que a estrutura rígida e bem estabelecida da OCX permite o constante diálogo entre os mais variados níveis burocráticos estatais, e tomada de decisão concreta. (MARREIRO e CABRAL, 2020)

O segundo ponto de distanciamento a ser comentado seria sobre a organicidade e motivação de cada agrupamento.

Como mencionado a pouco, o surgimento da OCX foi fruto de uma necessidade e problema em comum que precisava ser solucionado, e foi reconhecido pelos países da área. Ou seja, a iniciativa foi orgânica. Porém, é claro que não foi o único elemento fundador, para a participação em qualquer organismo internacional é necessário o reconhecimento de vantagens em potencial.

Enquanto isso, os BRICS tiveram o apontamento do Goldman Sachs como criador do termo, e uma mobilização concreta só ocorreu em alguns anos através de uma reunião ministerial que eventualmente escalou e formou o sistema presente até hoje. Entende-se que o vínculo então se destoa, enquanto o da OCX vem de uma demanda permanente, a motivação dos BRICS parte da conveniência. (PIMENTEL, 2012)

Os BRICS buscaram se apoiar, e trabalhar em cima de problemas em comum em diversas ocasiões, porém sempre foi uma proposta secundária e nunca trabalhada tão profundamente. A OCX seguiu um caminho reverso, partiu de uma proposta securitária e passou a incorporar cooperação em outros campos, para fortalecer e permitir a manutenção de estruturas pacificadoras.

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

Assim, seguimos para o terceiro ponto, que seria a visibilidade e importância dada ao grupo pela mídia e pesquisadores.

O ocidente vem notando cada vez mais o poder da OCX, principalmente a partir de sua ampliação em 2017. Gradualmente vem recebendo maior reconhecimento fruto de sua evolução e imponência na Eurásia. De modo que é apontado como um ponto de atenção para o Brasil, por razão de sua presença dentro dos BRICS e possibilidade de aproximação de seus maiores *players*. (SILVA, 2017)

Os BRICS sempre tiveram maior visibilidade para o ocidente, especialmente no Brasil por conta de sua participação. Contudo, o grupo vem se tornando uma grande decepção em quesito de alcance e resultados. Foi dada muita atenção nos anos iniciais, porém esse interesse se dissipou ao longo dos anos, e aos poucos caiu no esquecimento do público geral. (BARRUCHO, 2017)

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS CONVERGÊNCIAS ENTRE OS GRUPOS

O primeiro ponto em comum válido de ressaltar seria a presença de três membros em comum em ambas entidades: China, Rússia e Índia.

A China, como apresentado anteriormente, busca atingir os objetivos traçados com a Nova Rota da Seda, ampliando seu desenvolvimento nacional assim como assertividade e influência internacional. Dessa forma, a China procura afirmar seu grande poder internacionalmente, e afastar os Estados Unidos ao assumir um papel de liderança e fomentar as integrações regionais e econômicas como OCX e BRICS, respectivamente. (PAUTASSO E UNGARETTI, 2017)

Enquanto isso, a Rússia como sucessora da União Soviética busca sua promoção como uma “grande potência moderna”. De acordo com Zhebit, a estratégia usada pela Rússia para se reafirmar seria de se posicionar como um pólo autônomo invés de se voltar totalmente para o mundo ocidental ou oriental. Também ressalta a proposta de se manter como líder regional na área do "exterior próximo", que se trata do espaço composto por países que faziam parte da União Soviética. (ZHEBIT, 2003)

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

Deve-se considerar qual seria a influência principalmente de China e Rússia em ambas as organizações, com atenção redobrada para China por conta da centralidade que tomou recentemente na política global. Questiona-se se todo o esforço exercido teria como objetivo final atingir somente seus próprios interesses, os quais não teriam a mesma facilidade de alcançar isoladamente. Também se indaga sobre como seria possível para China e Rússia compartilharem esses espaços almejando interesses muitos divergentes em certas instâncias, mas conclui-se que enquanto ambas compartilharem a prioridade suprema de afastar os Estados Unidos desses ambientes, continuarão trabalhando em conjunto e desenvolvendo uma parceria sino-russa. E da mesma forma que estes países poderiam enxergar as instituições como “ferramentas”, existe a possibilidade de outros membros terem a mesma percepção a respeito da proximidade fornecida. (CARROLL, 2011)

A respeito da participação da Índia, entende-se que reconheceu muito recentemente o espaço que vem conquistando no sistema internacional. Apenas com a entrada de Narendra Modi como Primeiro Ministro em 2014 que passou a ser difundida uma política externa mais assertiva, passando de anos de negação para uma afirmação de sua capacidade. Porém, a Índia ainda não possui uma grande estratégia como China e Rússia. E demonstra uma dualidade em sua postura, pois em alguns momentos se aproxima de Estados Unidos e Japão, e em outros busca China e Rússia. Ela também se destaca por não ocupar assento permanente na ONU, o que reafirma a proposta de políticas revisionistas dentro dos BRICS. (HORIMOTO, 2017)

A segunda semelhança encontrada em ambas entidades se trata dos pontos de cooperação difundidos. Na Carta da OCX de 2002, e Declaração de Ecaterimburgo de 2009, estabeleceram áreas como: desenvolvimento econômico através do comércio e investimento internacional; desenvolvimento sustentável; coordenação e cooperação energética; assim como cooperação setorial em áreas como ciência, cultura, educação, saúde, transporte, tecnologia, combate ao terrorismo, entre outros. Outras questões foram agregadas ao longo dos anos, de acordo com a necessidade. Também foram defendidos o direito internacional e diplomacia multilateral desde o início.

O terceiro campo compartilhado se trata do caráter da cooperação estabelecida. Que seria a cooperação Sul-Sul, buscando uma situação win-win. Esse cenário busca a promoção de um mundo multilateral e multipolar, e um questionamento da manutenção do status quo promovido pelas potências centrais tradicionais. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2016) É importante destacar que apesar de alguns países terem maior peso

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

internacional, todos os membros permanentes têm o mesmo poder de voto dentro destas entidades, independentemente de estarem presentes desde o início ou terem ingressado recentemente, em oposição à OTAN e FMI. (SANGER, 2002)

O último campo de aproximação se trata do impacto e oportunidade que oferecem para os demais países emergentes. Por conta de promoverem um mundo novo, independente de forças tradicionais, incentiva o estabelecimento de mais frentes de autonomia. Além de trazer grande visibilidade, e reforçar o crescente potencial destes países. Não é à toa que ambos os agrupamentos receberam diversos pedidos de entrada de novos membros. Nenhuma das duas entidades ainda são páreas a outras organizações do mesmo ramo, mas tem grande competência de se desenvolver e oferecer alternativas para a realidade existente. Essa atitude coloca em foco a ascensão dos países emergentes, tomando as rédeas de seu futuro e a possibilidade de mudança do sistema internacional. (DAMICO, 2015)

CONJUNTURA ATUAL E POSSÍVEIS CAMINHOS A SEREM TRAÇADOS

O primeiro motivo utilizado para unir os países do BRICS foi o *boom* de crescimento econômico que viveram no início dos anos 2000, e a perspectiva que possuíam de se tornarem as grandes potências econômicas do futuro. No entanto, caminhos bem distintos foram traçados, e as previsões não estão se concretizando do modo imaginado. O Brasil¹⁴ vive uma fase de grande instabilidade política que tem sérias consequências em sua abalada economia, e a África do Sul¹⁵ está sofrendo grandes dificuldades escancaradas pela pandemia, em julho de 2020 teve um plano de assistência de 4,3 milhões de dólares concedido pelo FMI para auxiliar na recuperação de sua economia. Enquanto a Índia está decolando economicamente, a Rússia atravessa problemas financeiros, no entanto ainda possui outros alicerces como seu *hard power* para manutenção de sua influência internacional. E a China se encontra em patamar completamente diferente, enfrentando comercialmente os Estados Unidos. Indaga-se os países vão conseguir sustentar essa cooperação, e se faria sentido manter uma integração econômica entre países que seguem rumos de desenvolvimento tão divergentes.

¹⁴ LINDER, Larissa. Brasil caminha para maior crise econômica de sua história. Revista Deutsche Welle, São Paulo, 19 maio 2020.

¹⁵ FMI aprova assistência de US\$ 4,3 bi à África do Sul para combater covid-19. Jornal Estado de Minas, 28 jul. 2020.

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

Novos países já estão sendo apontados como os próximos possíveis BRICS, como o *Next Eleven* mencionado em uma parte passada. Além deste, Jim O'Neill também compôs o acrônimo MINT¹⁶ em 2013, agrupando México, Indonésia, Nigéria e Turquia por razão das perspectivas demográficas e econômicas favoráveis que demonstraram nos últimos 20 anos. Também existem os TICKS¹⁷, que substituem Brasil e Rússia por Coreia do Sul e Taiwan. A substituição foi elaborada por Steven Holden do *Copley Fund Research* e publicado no *Financial Times*, o motivo da substituição seria a relevância de inovação e tecnologia em suas economias, no lugar de dependência de commodities.

É importante mencionar o apontamento destas novas economias por razão da atenção que vem recebendo. E para demonstrar o potencial expressado por outros países em emergência, o que é positivo para uma ótica de mundo multipolar, porém desafia a liderança e posição ocupada pelos BRICS. Caso não consigam acompanhar ou valorizar isto, tem séria competição para enfrentá-los.

Ao longo deste artigo, fica claro que as ambições dos BRICS ainda estão bem distantes de serem alcançadas. Apesar de representarem um grande símbolo e oportunidade para países em desenvolvimento e um mundo multilateral, além de terem tido avanços no quesito de redemocratização dos fóruns tradicionais (com atenção especial para o FMI), os países precisam elaborar uma estrutura de cooperação e atuação com maior comprometimento, que não parece ser viável com base nos rumos divergentes que vivem. Ainda existe apoio mútuo, no entanto cada nação está priorizando apenas o próprio desenvolvimento individual invés de buscar o adensamento da entidade, e impulsionamento de todos os componentes do grupo. Caso uma correção não seja realizada, imagina-se que o agrupamento se distancie e desmantele cada vez mais.

A OCX se encontra em um momento mais positivo nos últimos anos. Recentemente teve um alargamento, incorporando Índia e Paquistão e tem possibilidade de receber mais membros do grupo de observadores e aqueles em diálogo. Existe inclusive a perspectiva de a Turquia deixar a OTAN¹⁸ e seu alinhamento com o ocidente para se tornar um membro permanente da OCX. Esta mudança faria sentido pois atualmente a Turquia parece estar mais alinhada com os valores da OCX do que do outro bloco.

¹⁶ CALEIRO, João Pedro. Criador do termo BRICS, Jim O'Neill apresenta o MINT. Exame, 27 nov. 2013.

¹⁷ JOHNSON, Steve. The Brics are dead. Long live the Ticks. The Financial Times, 28 jan. 2016.

¹⁸ DESLANDES, Gabriel. Mudança de alianças: A Turquia é agora “oficialmente” aliada da Rússia e sairá da OTAN? Revista Opera, São Paulo, 04 set. 2019.

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

Além disso, novamente, existem diversos outros países observadores e em diálogo, ou seja, reafirmando a grande extensão de atuação da OCX. Essa expansão parece se traduzir também na ampliação de sua influência e reconhecimento ao redor do globo. Além do nível de cooperação desenvolvido pela organização, que segue se aprofundando em outros campos em conjunto com a segurança regional, o que oferece uma grande oportunidade para os países membros e mais um motivo para priorizar no grupo.

É importante reconhecer que a OCX se trata de uma plataforma de diálogo muito valorizada pelos membros e o entorno, é uma oportunidade única de resolver conflitos e promover paz e vantagens para todos. E enquanto existirem inimigos internos e externos que assombram a soberania dos países da região, será válido contar com a entidade.

Desde o início, a OCX teve uma visão muito clara do que buscava atingir e como realizar isso. Ao traçar seu plano de manutenção securitária sempre teve em mente o peso de outros fatores necessários para a estabilidade de uma nação que vem sendo trabalhados ativamente. Conclui-se então que a Organização para Cooperação de Xangai, por todos estes motivos, oferece grande potencial de desenvolvimento para os próximos anos.

Por fim, é importante destacar que o surgimento de ambos grupos também é fruto de um aproveitamento da decadência da hegemonia estadunidense, e o controle que exerce nas instituições internacionais. Ambas entidades ainda são grandes oportunidades de desenvolvimento mútuo dos países do Sul Global.

CONCLUSÃO

Apesar de serem constatados mais pontos em comum do que de distanciamento, considera-se que as divergências teriam abrangência e relevância mais ampla no momento, do que as convergências. Mesmo compartilhando membros, propostas e valores, os grupos parecem estar partindo em direções distintas.

Isso, contudo, não é um indicativo sobre o destino final de ambos agrupamentos, pois podem sofrer mudanças drásticas em qualquer instante. O poder e capacidade de mudança ainda estão em suas mãos, caso enxerguem a necessidade de reforma de seus posicionamentos e ações, tem opção de corrigi-los.

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

Nenhuma das entidades foi capaz de atender plenamente seus propósitos iniciais. Porém, concorda-se que o motivo disso seria a profundidade e dificuldade de alcance das medidas revisionistas buscadas, que exigiriam reconhecimento e aprovação por parte dos principais decisores dos organismos internacionais. A resolução momentânea que assumiram é a de desenvolver seus próprios ambientes de atuação, como Banco dos BRICS e a Estrutura Regional Antiterrorista. Deste modo, gradualmente estão conquistando mais espaço internacionalmente e fundando novos ecossistemas de atuação principalmente para os emergentes.

De fato, a OCX teve conquistas maiores e mais significativas. A falta de formalidade dos BRICS faz com que propostas permaneçam no plano das ideias ao invés de passarem para o plano de ações. A institucionalização traz maior prioridade e profundidade para a cooperação, e poderia colaborar para o estabelecimento de uma nova fase de cooperação mais elevada dentro dos BRICS.

É possível afirmar que ambas propostas estratégicas buscam utilizar a cooperação em prol do desenvolvimento para fortalecer os países-membros e suas projeções internacionais. Ambas as entidades também utilizam a cooperação econômica para sustentar e impulsionar os demais campos valorizados pelos grupos e seus próprios membros.

Ambos agrupamentos desempenham papel de fóruns muito relevantes e significativos para o sistema internacional. E ainda são capazes de trazer grandes mudanças para o cenário internacional, em direção a um mundo multipolar, desde que continuem adotando medidas reais de cooperação mútua, invés de manter somente uma fachada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLY, Luciana. BRICS JOINT FINANCIAL ARCHITECTURE: THE NEW DEVELOPMENT BANK. **Discussion Paper / Institute For Applied Economic Research (IPEA)** Brasília, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/dp_243.pdf. Acesso em: 14 jan. 2021.

Angola quer entrar nos BRICS, diz presidente. **Mundo Lusíada**, 27 jul. 2018. Disponível em: <https://www.mundolusiada.com.br/cplp/angola-quer-entrar-nos-brics-diz-presidente/>. Acesso em: 14 jan. 2021.

ARIS, Stephen; SNETKO, Aglaya. Russia and the Narrative of BRIC. **Russian Analytical Digest**, Zurich, n. 91, p. 2-4, 14 fev. 2011. Disponível em: <https://css.ethz.ch/content/dam/ethz/special-interest/gess/cis/center-for-securities-studies/pdfs/RAD-91.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2021.

ARIS, Stephen. Shanghai Cooperation Organization. **Mapping Multilateralism In Transition**, n. 2, 2013. Disponível em: https://www.ipinst.org/wp-content/uploads/publications/ipi_e_pub_shanghai_cooperation.pdf. Acesso em: 22 fev. 2021.

BANCO MUNDIAL. World Development Indicators Database. **World Bank**, July 2003. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BARRUCHO, Luis. Qual é a relevância dos Brics - e quais são seus desafios para o futuro. **BBC Brasil**, São Paulo, 03 set. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41115877>. Acesso em: 29 jan. 2021.

BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. Brics - Novo Banco de Desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, n. 88, p. 179-184, 1 jan. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v30n88/0103-4014-ea-30-88-0179.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2021.

BAUMANN, Renato. Os novos bancos de desenvolvimento: independência conflitiva ou parcerias estratégicas? **Revista de Economia Política**, Brasília, v. 37, n. 2, p. 287-303, 2017. Disponível em: <http://www.rep.org.br/PDF/147-2.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2021.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores (2019). **Presidência brasileira do BRICS em 2019 - Falas do Ministro Ernesto Araújo durante a participação na Primeira Reunião de Sherpas – Curitiba, 14 - 15 de março de 2019**. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/noticias/acontece-no-brasil/presidencia-brasileira-do-brics-em-2020>. Acesso em: 16 jan. 2021.

CALEIRO, João Pedro. Criador do termo BRICs, Jim O'Neill apresenta o MINT. **Exame**, 27 nov. 2013. Disponível em: <https://exame.com/economia/criador-do-termo-brics-jim-o-neill-apresenta-os-mints/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

CARMO, Marcia. Putin vê com cautela ideia de Argentina integrar Brics. **BBC Brasil**, Buenos Aires, 11 jul. 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/07/140711_putin_argentina_brics_mc_kb. Acesso em: 14 jan. 2021.

CARROLL, William E. **China in the Shanghai Cooperation Organization: Hegemony, Multi-Polar Balance, or Cooperation in Central Asia**. 2011. International Journal of Humanities and Social Science; Vol. 1 No. 19. Disponível em: <http://www.ijhssnet.com/journals/Vol_1_No_19_December_2011/1.pdf>. Acesso em: 22 maio 2019.

Carta da Organização para Cooperação de Xangai. 2002. Disponível em: file:///C:/Users/ELWIN~1/AppData/Local/Temp/Charter_of_the_Shanghai_Cooperation_Organization.pdf. Acesso em: 28 jan. 2021.

CHADE, Jamil. **Na cúpula dos Brics, Brasil assume agenda de Trump contra China, São Paulo**, 17 nov. 2020. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/11/17/na-cupula-dos-brics-china-e-brasil-trocam-criticas-veladas.htm>. Acesso em: 18 jan. 2021.

CARVALHO, Carlos E.; DALDEGAN, William F.. **O BRICS como fenômeno processual e dinâmico do ordenamento global: uma análise a partir de suas declarações de cúpulas**, São Paulo, 2018. Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj_z6HHzsfuAhVUIbkGHRBXCyAQFjACegQIAhAC&url=https%3A%2F%2Fwww.encontro2019.abri.org.br%2Farquivo%2Fdownloadpublic%3Fq%3DYToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNDoiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSzVZPIjtzOjM6Ijk0NiI7fSI7czoxOiJoIjtzOjMyOiI4NDk0ZmU0NmRhZjA3NjlkZmQwYTE4OWEzYWE1MzEwMCI7fQ%253D%253D&usg=AOvVaw2opi4lWKYvG-FgPVJxq6Vi. Acesso em: 29 jan. 2021.

DAMICO, Flávio. Antecedentes: do Acrônimo de Mercado à Concertação Político -Diplomática. **Brics Estudos e Documentos**, São Paulo, p. 55-78, 2015.

Declaração conjunta de Ecaterimburgo. 2009. Disponível em: Disponível em:

<http://www.brics2018.org.za/sites/default/files/documents/Joint%20statement%20of%20the%20BRIC%20Leaders,%20Russia,%202009.pdf>. Acesso em: 05 de jan. de 2021.

Declaração de Estabelecimento da Organização para Cooperação de Xangai. 2001. Disponível em: <http://eng.sectesco.org/load/193054/> Acesso em: 28 jan. 2021.

Declaração de Astana dos Chefes de Estado da Organização para Cooperação de Xangai. 2017. Disponível em: <http://eng.sectesco.org/load/297146/>. Acesso em: 28 jan. 2021

Declaração e plano de ação de Sanya. 2011. Disponível em:

<http://www.brics2018.org.za/sites/default/files/documents/Sanya%20Declaration.pdf>. Acesso em: 05 de jan. de 2021

Declaração e plano de ação de Fortaleza. 2014. Disponível em:

<http://www.brics2018.org.za/sites/default/files/documents/Fortaleza%20Declaration.pdf>. Acesso em: 05 de jan de 2021.

DESAI, Suyash. India's SCO Challenge: india's involvement in the sco brings a diplomatic challenge and opportunities in energy, connectivity, and security.. **The Diplomat**, Nova Delhi, 5 dez. 2017. Disponível em: <https://thediplomat.com/2017/12/indias-sco-challenge/>. Acesso em: 22 jan. 2021.

DUARTE, Paulo Afonso Brardo. Os recursos hidroelétricos centro-asiáticos: cooperação versus conflito. 2014. **Revista Científica Vozes dos Vales**; Mucuri,n. 06, 2014. Disponível em:

<<http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2014/10/Os-recursos-hidroel%3%a9tric-os-centro-asi%3%a1ticos-coopera%3%a7%3%a3o-versus-conflito.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2019.

ESTEVES, Paulo; GOMES, Geovana Zoccal; TORRES, Gabriel. Os BRICS e o Novo Banco de Desenvolvimento. **BPC Policy Brief**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, 2016. Disponível em: <https://bricspolicycenter.org/wp-content/uploads/2017/04/Os-BRICS-e-o-Novo-Banco-de-De-senvolvimento.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2021.

FERNANDES, Ivan Filipe de Almeida Lopes; CARDOSO, Luís Fernando de Paiva Baracho. A Política Externa Brasileira e oGrupo dos Brics. **Leviathan Cadernos de Pesquisa Política**,

São Paulo, n. 11, p. 121-144, 2015. Disponível em:
file:///C:/Users/ELWIN~1/AppData/Local/Temp/135212-Texto%20do%20artigo-261741-1-10-20170807.pdf. Acesso em: 28 jan. 2021.

FMI aprova assistência de US\$ 4,3 bi à África do Sul para combater covid-19. **Revista Estado de Minas**, 28 jul. 2020. Disponível em:
https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2020/07/28/internas_economia,1170773/fmi-aprova-assistencia-de-us-4-3-bi-a-africa-do-sul-para-combater-cov.shtml. Acesso em: 28 jan. 2021.

FONSECA JUNIOR, Gelson. BRICS: notas e questões. **O Brasil, Os Brics e a Agenda Internacional**, Brasília, p. 21-46, 2013. Disponível em:
http://funag.gov.br/biblioteca/download/1032-Brasil_os_BRICS_e_a_agenda_internacional_O.pdf. Acesso em: 14 jan. 2021.

GOLDMAN SACHS. How Solid are the BRICs? **Global Economics Paper**, Londres, n. 134, 1 dez. 2005. Disponível em:
<https://www.goldmansachs.com/insights/archive/archive-pdfs/how-solid.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

GRANER, Fabio. BRICS barra a entrada de novos integrantes no grupo. **Jornal Valor Econômico**, Johannesburg, p. 1-1, 24 jul. 2018. Disponível em:
<https://valor.globo.com/brasil/coluna/brics-barra-entrada-de-novos-integrantes-no-grupo.ghtml>. Acesso em: 22 jan. 2021.

HORIMOTO, Takenori. Explaining India 's Foreign Policy: From Dream to Realization of Major Power. **International Relations Of The Asia-Pacific**, Gifu, v. 17, p. 463-496, 4 jul. 2017. Disponível em:
https://watermark.silverchair.com/lcx011.pdf?token=AQECAHi208BE49Ooan9kkhW_Ercy7Dm3ZL_9Cf3qfKAc485ysgAAAp4wggKaBgkqhkiG9w0BBwagggKLMIIChwIBADCCAOAGCSqGSib3DQEHATAeBglghkgBZQMEAS4wEQQM6VKyRPUY9dvGOWRWAgEQgIICUauLgkTAecCKdljzGjp9S4ag-LHna5NVw_tNAIGuCVj5_BiolfTLR_DsN0Hv646xUBvvhPqiHVksXBHq3VempDO0i8JHCzlxLIJMQMwTdcdf3a-7g-beUtho5Xp4_Xx4hDnEor0RzGibbOCOXLWSymb3KMTlo7FYTKNAs4QKA6NQ92bzoueQyrmBepHit7T5fsl8l_uGZlrsW00ylR-HiRMh0U-JmBbl6w2q5BuPpPXWtT-I7rqdI5W_2vBrOudWhQTkIjoiL74vjOSEa4gy5qCJ2kleZ27dD4mhx7DywwfELtD-NhsSK4Kv_Z46wCW_SXwRLpabve9len24bPU3kKu4BgMtRgPquxY5VcYxZXCXCPa0Kdzd0S052oFhNuPU4TEmrgKFvysctHK2AaeFDmOoPXEZ0alurw5IkmeJgnSatfo0BMYAnaA9nA28nrVwssUOvoiSVoXrsjLk5RSN6pmd_y6IzLeYFuUoEctHDTigfVok5Zv-9ZVH-5SmmyQSqGUvtvcTqLAJ7cDwooB65ad4XOJlZWfeore0KWtf9wxcxa9M4JHpJlSzz12NhAflxcZ2FMe4-V3WbgD9UL2rYe6Wr8AUCg6bE-LsCD6xFWXQNscUZkdnTP_AqyhknB-VkQNRcCgIF55zQ6DNQESgS5uB84BUI23xo6FKdi2QFOJ0qGVse_8d-eXYPQnO5cdEEJ6aPaI1mHXjkRpa_CvOLiA_RjVIJKpVRavVv8Hke7MJHSugnHPx_oPzBOYstKAVuhukYIvXYHtNdDJCD_. Acesso em: 27 jan. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Conheça os BRICS**. 2014. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.html>>. Acesso em: 19 jan. 2021

ITAMARATY. **BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul**. 2019. Disponível em:
<<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2021.

JESUS, Diego Santos Vieira de. ALÉM DO ESPÍRITO DE XANGAI? AS POLÍTICAS EXTERNAS DA RÚSSIA E DA CHINA E O BALANCEAMENTO BRANDO. **Revista Conjuntura Austral**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 24, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/ELWIN~1/AppData/Local/Temp/46453-196055-1-PB.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2021.

JESUS, Diego Santos Vieira de. De Nova York a Durban: o processo de institucionalização do BRICS. **Revista Oikos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 32-62, 20 jun. 2013. Disponível em: <http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewArticle/321>. Acesso em: 22 jan. 2021.

JIA, Qingguo. **The Success of the Shanghai Five: Interests, Norms and Pragmatism**. 2000. Disponível em: <http://www.comw.org/cmp/fulltext/0110jia.htm>. Acesso em: 19 jan. 2021.

JOHNSON, Steve. The Brics are dead. Long live the Ticks. **The Financial Times**, 28 jan. 2016. Disponível em: <https://www.ft.com/content/b1756028-c355-11e5-808f-8231cd71622e#axzz3yZ5roqcN>. Acesso em: 28 jan. 2021.

JOOBANI, Hossein Aghaie. **The Shanghai Cooperation Organization in Light of Organization Theory**, 22 fev. 2013. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2013/02/22/the-shanghai-cooperation-organization-in-light-of-organization-theory/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

JUREŃCZYK, Łukasz; NICHARAPOVA, Jildiz. AS ATITUDES DA OTAN, OCX E OTSC EM RELAÇÃO À SITUAÇÃO NO AFGANISTÃO APÓS 2014. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 163-188, 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/austral/article/viewFile/99265/57565>. Acesso em: 20 jan. 2021.

KAPOOR, Nivedita. **SCO 2019: Opportunities and challenges for India**, Nova Delhi, 04 jun. 2019. Disponível em: <https://www.orfonline.org/expert-speak/sco-2019-opportunities-and-challenges-for-india-51614/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

KOTS, Andrei. **Ocidente vs Oriente: será que OTAN está ameaçada pelo bloco asiático e Rússia?**, 08 jun. 2018. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/defesa/2018060811421444-otan-organizacao-cooperacao-xangai-arsenal-militar/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

LAN, Jianxue. The ‘Belt and Road’ Initiative: Fundamental Principles, Content, and Significance for Sino-Indian Relations. **China’s Global Rebalancing And The New Silk Road**, p. 35-41, 2018.

LINDER, Larissa. O Brasil caminha para a maior crise econômica de sua história. **Revista Deutsche Welle**, São Paulo, 19 maio 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/brasil-caminha-para-maior-crise-econ%C3%B4mica-de-sua-hist%C3%B3ria/a-53488177>. Acesso em: 28 jan. 2021

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. **A questão social no projeto do BRICS**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em:
https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000702133. Acesso em: 14 jan. 2021.

MARREIRO, Matheus Moraes Alves; CABRAL, Ricardo Pereira. A ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO DE XANGAI E O COMBATE AO TERRORISMO: CONTRIBUIÇÕES PARA A RELAÇÃO INDO-PAQUISTANESA. **Revista da Escola Superior de Guerra**, São Paulo, v. 35, n. 73, p. 65-95, 1 jan. 2020. Disponível em:
 file:///C:/Users/ELWIN~1/AppData/Local/Temp/1008-Texto%20do%20artigo-2034-1-10-20200804-1.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

MELLO, Patrícia Campos; DELLA COLETTA, Ricardo. Alinhamento automático do Brasil com EUA causa atritos na cúpula dos Brics. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 nov. 2019. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/11/alinhamento-automatico-do-brasil-com-eua-c-aula-atritos-na-cupula-dos-brics.shtml>. Acesso em: 14 jan. 2021.

NYE JR., Joseph S. **Hard, Soft, and Smart Power**. In COOPER, Andrew F.; HEINE, Jorge; THAKUR, Ramesh. *The Oxford Handbook of Modern Diplomacy*, 2013.

O'NEILL, Jim. Building Better Global Economic BRICs. **Global Economics Paper**, Londres, n. 66, 30 nov. 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **South-south Cooperation for Development: Framework of operational guidelines on United Nations support to South-South and triangular cooperation**, Nova Iorque, 19 maio 2016. Disponível em:
 file:///C:/Users/ELWIN~1/AppData/Local/Temp/SSC_19_3-EN.pdf. Acesso em: 29 jan. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. New framework for enhanced cooperation between RATS SCO and UN CTED. **Security Council Counter-Terrorism Comittee**, 2019. Disponível em:
<https://www.un.org/sc/ctc/news/2019/03/25/new-framework-enhanced-cooperation-rats-sco-un-cted/>. Acesso em: 29 jan. 2021.

OURO-PRETO, Affonso Celso de. Nova Confirmação de Poder. **O Brasil, Os Brics e a Agenda Internacional**, Brasília, p. 99-116, 2013. Disponível em:
http://funag.gov.br/biblioteca/download/1032-Brasil_os_BRICS_e_a_agenda_internacional_O.pdf. Acesso em: 14 jan. 2021.

PAUTASSO, Diego; UNGARETTI, Carlos Renato. A Nova Rota da Seda e a recriação do sistema sinocêntrico. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 4, n. 3, p. 25-44, 2017. Disponível em:
<http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/P.2317-773X.2016v4n3p25/11369>. Acesso em: 27 jan. 2021.

PIRES, Desiree Almeida. **O PAPEL DO FMI NA (DES)ORDEM MONETÁRIA E FINANCEIRA INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA**, Florianópolis, 2017. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/175548/345758.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 jan. 2021.

REIS, João Arthur da Silva; SIMIONATO, Guilherme Henrique. **A OCX e o Afeganistão Pós-guerra: Novos Desafios para a Cooperação Regional**. 2016. Disponível em: <http://ivmundocmpa.weebly.com/uploads/2/5/4/1/25412136/iv_mundocmpa_-_ocx.pdf>. Acesso em: 22 maio 2019.

RIBEIRO, Erik Herejk. **A Expansão da Organização para a Cooperação de Xangai (OCX): Uma Coalizão Anti-Hegemônica?**, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/RIBEIRO-A-Expans%C3%A3o-da-Organiza%C3%A7%C3%A3o-para-a-Coopera%C3%A7%C3%A3o-de-Xangai-Uma-Coaliz%C3%A3o-Anti-hegem%C3%B4nica.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SACHS, Ignacy. **Brazil and India: two whales in the global ocean**. In: SINHA, Kamala; DUTTA, Pratim. *Globalisation and developing countries*. New Delhi: New Age International, 1997.

SANGER, David E. NATO Formally Welcomes Russia as a Partner. **The New York Times**, Nova Iorque, 29 maio 2002. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2002/05/29/world/nato-formally-welcomes-russia-as-a-partner.html>. Acesso em: 28 jan. 2021.

SCHABLITZKI, Jan. The BRICS Development Bank: A New Tool for South-South Cooperation?. **BPC Policy Brief - V. 5 N. 1**. Rio de Janeiro: 2014. 15p. Disponível em: <<http://bricspolicycenter.org/homolog/publicacoes/interna/6765?tipo=Policy%20Brief>> Acesso em: 22 janeiro 2021.

SIBAL, Kanwal. **Why SCO is important for India: as the second largest and rising asian power**, SCO is important for new delhi in many ways, 12 jun. 2018. Disponível em: <https://www.dailyo.in/politics/sco-diplomacy-china-pakistan-xi-jinping/story/1/24809.html>. Acesso em: 26 jan. 2021.

SILVA, Carlos Alberto Pinto. **A INTEGRAÇÃO DA EURÁSIA DO SÉCULO XXI**, Brasília, 28 out. 2017. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/russiadocs/noticia/27528/GenEx-Pinto-Silva---A-Integracao-da-Eurasia-do-Seculo-XXI--/>. Acesso em: 27 jan. 2021.

TARECO, José Joaquim Ramos. **A Relevância e o Futuro da NATO na Emergência de um Sistema Multipolar**, Coimbra, 2014. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/43573743.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2021

THUDIUM, Guilherme. **Geopolítica dos Conflitos Internacionais: processos de integração e dimensão estratégica da Eurásia**. 2018. Disponível em: <https://www.academia.edu/38352388/Geopol%C3%ADtica_dos_Conflitos_Internacionais_processos_de_integra%C3%A7%C3%A3o_e_dimens%C3%A3o_estrat%C3%A9gica_da_Eur%C3%A1sia>. Acesso em: 22 jan 2021.

TREIS, Gustavo Juliano. **A ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO DE SHANGAI E A POLÍTICA INTERNACIONAL CHINESA E RUSSA**, Florianópolis, 2006. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Economia294005.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

UNGARETTI, Carlos Renato. **Os BRICS e a COVID-19: Combate à pandemia e cooperação internacional**, 27 nov. 2020. Disponível em:

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

<https://www.americalatina.net.br/os-brics-e-a-covid-19-combate-a-pandemia-e-cooperacao-internacional-por-carlos-ungaretti/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

XIAODONG, Zhao. The Shanghai Cooperation Organisation and Counter-Terrorism Cooperation. **Asia Paper**, 2012. Disponível em: https://isdpc.eu/content/uploads/publications/2012_zhao_the-shanghai-cooperation-organisation.pdf. Acesso em: 23 jan. 2021.

XIAOLIN, Ma. **What Does SCO Expansion Mean?**, Pequim, 27 jun. 2017. Disponível em: <https://www.chinausfocus.com/finance-economy/what-does-sco-expansion-mean>. Acesso em: 20 jan. 2021.

YANDAŞ, Osman Gökhan. **EMERGING REGIONAL SECURITY COMPLEX IN CENTRAL ASIA: SHANGHAI COOPERATION ORGANIZATION (SCO) AND CHALLENGES OF THE POST 9/11 WORLD**. 2005. Disponível em: <<https://etd.lib.metu.edu.tr/upload/12606201/index.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

ZHEBIT, Alexander. **A Rússia na ordem mundial: com o Ocidente, com o Oriente ou um pólo autônomo em um mundo multipolar?**, São Paulo, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000100008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 29 jan. 2021.

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|